



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

Fatores Socioeconômicos e Capacidade Municipal de Provisão de Políticas Públicas de Educação Básica

Ágnez De Lélis Saraiva

[ARTIGO] GT 2 Análise de Políticas Públicas

Fatores Socioeconômicos e Capacidade Municipal de Provisão de Políticas Públicas de Educação Básica¹

Resumo:

O tema da capacidade estatal para provisão de políticas públicas frequenta a agenda de muitos centros de pesquisa do país. No entanto, há poucos estudos que analisam como o cenário demográfico e socioeconômico dos municípios tem afetado a sua capacidade de provisão da educação básica. Este estudo faz uma análise comparada de treze populosos municípios mineiros. Os seus resultados mostram que no estado de Minas Gerais permanece as grandes desigualdades já apontadas por diversos estudos. Ou seja, os municípios situados nas mesorregiões menos desenvolvidas continuam com indicadores demográficos e socioeconômicos piores e, por isso, encontram-se mais pressionados a prover políticas de desenvolvimento e com menor capacidade estatal. E aqueles situados nas mais desenvolvidas apresentam cenários melhores, mais autonomia e maior capacidade de provisão de suas políticas públicas. Conclui-se que a capacidade municipal de provisão de educação básica é influenciada pelo nível socioeconômico do município.

Palavras-chave: Capacidade Estatal. Desigualdade. Política Pública. Educação Básica

1- Introdução:

Os municípios brasileiros estão responsabilizados em prover, prioritariamente, o Ensino Fundamental e a Educação Infantil (BRASIL, 1988, art. 211, § 2º). No entanto, desde meados dos anos de 1990, ampliou-se a quantidade de programas formulados centralmente pela União e/ou Governo Federal e implementados localmente devido a centralização federalismo brasileiro (ARRETCHE, 2013; SOUZA, 2013; DUARTE; SARAIVA, 2018). Este cenário exige capacidade de provisão por parte dos municípios, pois estão cada vez mais pressionadas a cobrir parcelas maiores da população com educação infantil e Ensino fundamental de qualidade.

A tendência a centralização do arranjo federativo constituído para a política de educação básica no país trouxe a necessidade de se produzir estudos sobre a capacidade estatal dos municípios brasileiros. No Brasil, estudos sobre a capacidade estatal ganharam relevância, passaram a ocupar a agenda de pesquisas e publicações em periódicos, principalmente, partir de 2007 (SARAIVA, 2020). Com a finalidade de evitar problemas analíticos, como a circularidade, os estudiosos classificaram os estudos em duas versões: a formativa e a reflexiva. No primeiro caso, deram atenção ao acúmulo de recursos por parte do ente federado ou da agência governamental tais como o técnico-burocrático,

¹ Agradecimentos a Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais que participou financiando a pesquisa.

fiscal, institucional, recursos instalados e políticos. No segundo, eles priorizaram os resultados das políticas públicas (CINGOLANI, 2013; SARAIVA, 2020).

Apesar do número considerável de publicações a estoques de recursos, os fatores socioeconômicos e demográficos como influenciadores da capacidade estatal têm sido pouco abordados. Em geral, eles aparecem de forma complementar ou emoldurando os estudos. Assim, este estudo dá destaque a eles e para isso propõe responder a seguinte questão: como os fatores socioeconômicos e demográficos influenciam na capacidade estatal de provisão de políticas públicas de educação básica dos municípios? Esta questão remete ao seu objetivo, analisar as características socioeconômicas e demográficas dos municípios e como elas afetam a capacidade estatal de provisão da política municipal de educação básica. E, por fim, propõe como sua hipótese que as características socioeconômicas e demográficas se constituem como recursos que afetam positiva ou negativamente a provisão das políticas municipais de educação básica e, a partir destas características, é possível dimensionar àqueles municípios com maior e menor capacidade estatal.

2- Escolhas metodológicas e método de pesquisa

Este trabalho se estrutura como um estudo de caso comparado com um número reduzido de unidades de análise. Estes tipos de estudos são indicados para testes de teorias, análise de profundidade dos casos (BORGES, 2007; REZENDE, 2011) e produzir novas teorias, como afirma Dupuy (2012, p. 122),

En s'intéressant à la collecte et au traitement du matériau empirique recueilli, on va montrer comment cette démarche comparative peut apporter deux contributions aux débats théoriques: non seulement permettre le test des théories ou des approches analytiques existantes par les inférences causales qu'elle permet de construire, mais aussi conduire à la génération de nouvelles hypothèses et de nouveaux schémas explicatifs.

Para este estudo optou-se pela escolha de 13 municípios com maior número de população do estado de Minas Gerais. Além disso, eles ocupam posição estratégica rede urbana do estado e compartilham bens e serviços públicos e privados com um contingente grande municípios menores (IBGE, 2008, 2017). Assim, analisar alguns dados que compõem as suas características socioeconômicas e demográficas permite classificar aqueles que apresentam o melhor cenário para provisão da política municipal de educação básica. Os municípios selecionados são: Belo Horizonte, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Ipatinga, Montes Claros, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete

Lagoas, Teófilo Otoni, Uberlândia, Uberaba e Varginha. Por sua importância econômica, social e cultural, é possível que eles disponham das melhores condições para o exercício de suas capacidades estatais de provisão da educação básica. E, ao contemplá-los nas análises, verificar seus riscos e vulnerabilidades pode ser ponto de partida para compreensão dos desafios colocados aos demais municípios do estado.

A forma como capacidade estatal aparece nos estudos, faz dele um conceito polissêmico e multidimensional (GRIN, 2012). Por este motivo, o seu uso e aplicação exige a decomposição em dimensões e indicadores analisáveis para dimensionar a referida capacidade (GRIN, 2012; GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2017). Mesmo que eles não fazem parte diretamente dos estoques de recursos e nem dos resultados da política pública que comprove sua capacidade, eles são importantes para conhecer o cenário onde os municípios operam para prover sua política de educação básica. Para os demográficos optou-se por população, território, taxa de natalidade, crescimento demográfico, esperança de vida ao nascer, população urbana e rural, população branca e não branca. Para os indicadores socioeconômicos optou-se pelo índice de Gini, renda per capita média, pobreza, pobreza extrema, analfabetismo da população com 15 anos de idade ou mais, população com 15 anos ou mais que não concluiu o Ensino Fundamental, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e taxa de urbanização. A escolha dos indicadores e dos dados teve suporte em estudos que aferiram o seu poder de afetar a capacidade estatal dos municípios.

Para comparação entre os cenários municipais, este estudo utiliza de uma técnica experimentada em outras publicações sobre o tema (PIRES; GOMIDE, 2014; SARAIVA, 2020), com alguns ajustes para adequação. A técnica ajustada fica da seguinte forma: para cada um dos indicadores dos municípios subtraiu-se o dado maior do menor. A diferença entre eles é dividida por três, pois optou-se por três cenários. Para classificar os municípios, ou seja, “Baixo”, “Médio” e o “Alto”. O resultado da divisão é somado ao dado com valor mais baixo dos municípios para cada indicador. Assim, têm-se o agrupamento “Baixo” que vai de zero até este valor. O agrupamento “Médio” é resultado da soma do valor máximo do agrupamento Baixo com o resultado da divisão. Por fim, o agrupamento “Alto” que inclui os municípios situado acima do valor máximo do agrupamento “Médio”. Assim, os municípios são classificados como Baixo, Médio ou Alto. Ao final, após as análises dos dados presentes nas tabelas 1 e 2, estão os quadros 1 e 2. Eles apresentam, respectivamente, o cotejamento dos indicadores demográficos e

socioeconômicos. A comparação acontece pelo somatório dos indicadores, considerando que Baixo tem valor zero, Médio tem valor um e alto tem valor dois.

As considerações finais são tecidas a partir da comparação entre os cenários socioeconômicos e demográficos dos municípios. Com isso, é possível dizer quais deles estariam em condições melhores para prover suas políticas públicas, especialmente, as educacionais.

3- Capacidade Estatal Municipal – conceito, dimensões e variáveis

A preocupação em prover políticas públicas que combatam a pobreza, desigualdades e vulnerabilidades em cenários de dificuldades e restrições econômicas, provocou os agentes estatais e pesquisadores em promover estudos sobre a capacidades estatais. Internacionalmente, os anos de 1990 foram generosos e estudos direcionados as dimensões capacidade técnico-burocrática, fiscais e políticas ocuparam a agenda dos centros de estudos e de pesquisadores em diversos países (CINGOLANI, 2013). No Brasil, as publicações são mais recentes e datam, principalmente, da segunda metade da primeira década deste século. Isso mostra que os estudos coincidiram com o advento do neodesenvolvimentismo (2005-2014) (MONTEIRO NETO, 2014; SARAIVA, 2020).

A grande produção de estudos utilizando o termo capacidade estatal, faz com que ele seja “[...] mais percebido pelos efeitos que gera e precondições que podem ser observadas” GRIN, 2012, p. 158). O seu uso traz a necessidade de decompô-lo em dimensões e variáveis mensuráveis. E, apesar da variedade de formatos em que o conceito aparece, há elementos que unificam grande parte deles, tais como autonomia e o poder de agência do Estado, conquistados pela sua legitimação diante da sociedade, mediante o alargamento e o fortalecimento dos arranjos participativos e democráticos (REPETTO, 2003; GRIN, 2012; CINGOLANI, 2013). Para este estudo, capacidade estatal é entendido como um conceito abrangente e que

incorpora variáveis políticas, institucionais, administrativas e técnicas. De forma simplificada, pode-se definir capacidade estatal como o conjunto de instrumentos e instituições de que dispõe o Estado para estabelecer objetivos, transformá-los em políticas e implementá-las. Entre as capacidades estatais, a qualidade e a profissionalização da burocracia são algumas das mais destacadas na literatura para predizer o que acontecerá com uma política pública (SOUZA, 2017, p. 51).

Esta definição apresenta formas diferentes de medir ou identificar a capacidade estatal. Estas foram a saída apresentadas nos estudos para superar os problemas

circularidade no uso do termo, ou seja, o agrupar os estudos em duas versões: a formativa e a reflexiva (CINGOLANI, 2013; GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2017). Na formativa a capacidade estatal é medida pelo estoque de recursos para prover determinados programas ou projetos e seja uma variável dependente. O que inclui ter uma burocracia weberiana (GOMIDE; PIRES, 2014; VAZ, 2014); arranjos participativos e base de sustentação no Legislativo por parte do chefe do Executivo (GOMIDE; PIRES, 2014; BICHR, 2015); boa institucionalidade (ANASTASIA; LAS CASAS, 2016; SOUZA, 2017); capacidade de atendimento do público-alvo (MENICUCCI; MARQUES, 2016); e recursos fiscais e equipamentos instalados (MADEIRA; GELISKI; SALVARREY; BOESSIO; TRINDADE, 2018). Na reflexiva, os estudos procuram identificar os resultados das políticas públicas. Por exemplo, implementação do orçamento participativo e do Programa Bolsa Família (COUTINHO, 2013); do Pronatec (CASSIOLATO; GARCIA, 2014). Nesta versão, a capacidade estatal é a variável independente e é medida pelo sucesso na provisão de determinado programa.

Os estudos das duas versões utilizam dimensões e variáveis muito específicas de capacidade estatal que são afetadas pelos cenários socioeconômico e demográfico dos municípios. Em geral, os estudos não tratam diretamente deles (CINGOLANI, 2013), ou seja, “a análise da estrutura social não apresenta significativa integração entre estudos” (SILVA, VALADÃO JÚNIOR; SILVA; DANTAS, 2022, p.95). No entanto, as características populacionais, sociais e econômicas dos municípios pressionam as administrações públicas municipais a incluir em suas agendas governamentais um número maior de programas e políticas e que afetam a sua capacidade estatal. Neste caso, por exemplo, ter uma grande população, um maior percentual de negros (pretos e pardos), de lares chefiados por mulheres, de pobres e extremamente pobres, população com baixa escolaridade e baixa renda familiar são algumas destas características que exigem esforços estatal para minimizar os problemas decorrentes dela.

Para este estudo foram selecionados alguns destes indicadores para os 13 municípios do estado de Minas Gerais. Na próxima seção eles serão apresentados, analisados e comparados. Ao final será apresentado um quadro com as posições dos municípios e o quanto estarão pressionados em suas capacidades estatais.

4- Cenário socioeconômico e demográfico dos municípios e a capacidade estatal de provisão de políticas públicas

Os dados demográficos e socioeconômicos são apresentados respectivamente nas tabelas 1 e 2 e trazem informações fundamentais para compreender os cenários em que as administrações municipais operam para prover suas políticas públicas. Normalmente, eles afetam a definição de agenda dos governos municipais, pois devem orientar as ações governamentais e pressionar as administrações públicas a resolvê-los (REZENDE; BAPTISTA, 2011). Assim, os municípios com cenários mais favoráveis podem dispor de maior liberdade para investimentos segundo os interesses de seus governos. Enquanto aqueles em condições piores encontram-se mais constrangidos em prover políticas públicas que mitiguem problemas decorrentes da pobreza e vulnerabilidades.

A tabela 1 traz alguns indicadores demográficos e populacionais. Alguns municípios apresentam problemas decorrentes deles para os governos municipais que afetam sua capacidade estatal dos municípios, como se verá a seguir.

Tabela 1: Dados demográficos dos municípios mineiros

Município	Pop. (2020) ²	Território (km ²)	Natalidade bruta ³	Crescimento demográfico ⁴	Esperança de vida ao nascer ⁵	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Branca	Pop. Não branca
			Taxa (2010 ⁶) %	Taxa (2010) p/mil		Taxa (2020) %	Taxa (2020) %		
Belo Horizonte	2.521.564	330,23	15,78	5,94	76,37	99,99	0,01	46,74	53,26
Divinópolis	240.408	709,73	17,48	14,77	75,63	99,51	0,49	61,65	38,35
Gov. Valadares	281.046	2.348,90	17,77	6,51	75,06	97,55	2,45	33,70	66,30
Ipatinga	265.409	166,09	17,62	12,02	76,85	99,80	0,20	41,04	58,96
Juiz de Fora	573.285	1.433,87	15,08	12,31	75,65	99,59	0,41	56,93	43,07
Montes Claros	413.487	3.564,72	19,42	16,61	77,07	97,52	2,48	32,06	67,94
Poços de Caldas	168.641	540,87	14,94	11,75	77,31	99,34	0,66	70,73	29,27
Pouso Alegre	152.549	543,46	15,45	20,36	77,33	97,85	2,15	74,19	25,81
Sete Lagoas	241.835	539,55	14,76	14,81	75,37	99,55	0,45	33,03	66,97
Teófilo Otoni	140.937	3.242,36	17,96	4,04	74,45	93,03	6,97	26,57	73,43
Uberaba	337.092	4.540,51	13,96	16,20	75,71	99,70	0,30	61,88	38,12
Uberlândia	699.097	4.117,31	15,27	18,83	78,09	99,50	0,50	55,80	44,20
Varginha	136.303	395,35	14,93	12,23	77,49	99,54	0,46	58,48	41,52

Fontes: IMRS/FJP; IBGE

² População estimada.

³ Proporção que os nascidos vivos num determinado ano representam sobre o total da população (de cada 1000 pessoas, quantas eram recém-nascidas no ano em consideração) (IMRS/FJP, 2022).

⁴ Representa o total do crescimento populacional de uma determinada região entre dois períodos consecutivos. Esse crescimento se dá através do crescimento natural e dos movimentos migratórios (IMRS/FJP, 2022).

⁵ Calculada a partir do censo 2010.

⁶ Não há dados mais recentes quanto a taxa de natalidade e de crescimento demográfico. Está acontecendo o recenseamento da população brasileira, mas até este momento estes dados não estão disponíveis. Pro este motivo será utilizado os dados de 2010.

O arranjo institucional do federalismo brasileiro, definido no texto constitucional de 1988, assegura grande poder de agenda e de formulação de programas de educação básica pela União para implementação por parte dos estados e municípios. Este é um componente que afeta entes subnacionais (ARRETCHE, 2010; SOUZA, 2013; MACHADO; PALOTTI, 2014). Apesar dos significativos e importantes avanços em termos de equidade, as políticas centralizadas influenciam na capacidade estatal, pois reduzem a autonomia dos governos estaduais e municipais em definir agendas próprias e, as vezes, dificultam que programas e ações locais sejam implementados (LISBOA, 2015; DUARTE; SARAIVA, 2018). Isto acontece porque diante dos seus limitados recursos, os governos subnacionais se veem pressionados a prover os programas federais.

Os municípios selecionados para este estudo encontram-se em diferentes mesorregiões do estado de Minas Gerais. Essa localização no território mineiro tem consequências para cada um deles, pois há acentuadas desigualdades entre elas quanto ao desenvolvimento econômico e social. Enquanto a Metropolitana de Belo Horizonte, Central e Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo apresentam melhores indicadores, as mesorregiões Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce apresentam um cenário bem mais complexo e maiores dificuldades do ponto de vista socioeconômico (IMRS/FJP, 2019; IBGE 2008; 2017). Neste sentido, Montes Claros, Teófilo Otoni e Governador Valadares estão situados nestas últimas e, por isso, apresentam dificuldades grandes. Por sua vez, Belo Horizonte, Divinópolis, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia e Varginha estão localizados em mesorregiões mais desenvolvidas e com os melhores indicadores socioeconômicos. Os demais municípios estão em mesorregiões com desenvolvimento intermediário.

Quanto os dados da tabela 1, o tamanho da população tem sido mencionado em estudos como um fator que afeta provisão de políticas públicas por parte dos municípios (MARTINS, et al., 2013; MARENCO; STROHSCHOEN; JONER, 2017; GRIN; ABRÚCIO, 2018). Apesar das pressões decorrentes da grande população, estudos mostram que municípios mais populosos são mais bem sucedidos em prover políticas públicas tanto as formuladas pelo Governo Federal como aquelas do nível dos municípios. Este é o caso, por exemplo, da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano que, segundo estudo, apresenta “uma variação saliente na contribuição do imposto imobiliário urbano para a arrecadação municipal, conforme aumenta o tamanho de cada cidade” (MARENCO; STROHSCHOEN; JONER, 2017, p. 11). Ou ainda,

consideram que o tamanho do município afeta a sua capacidade de adesão a programas federais que exigem contrapartidas municipais, como foi o caso do Programa de Modernização da Administração Tributária – PMAT (GRIN; ABRÚCIO, 2018). Os municípios menores têm amplas dificuldades de gerar recursos próprios para prover suas políticas públicas e dependem muito das transferências constitucionais, como o Fundo de Participação dos Municípios (REZENDE; LEITE; SILVA, 2015). No caso dos municípios selecionados neste estudo, Belo Horizonte, Uberlândia e Juiz de Fora estariam mais bem posicionados. Numa posição intermediária encontram-se Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Sete Lagoas e Uberaba. E com posição menos favorável estariam Poços de Caldas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni e Varginha.

O tamanho do território do município é outro dado capaz de afetar a capacidade municipal. Se ter um grande território pode ser um recurso importante para investimentos, na maioria das vezes, ele amplia a possibilidade de dispersão da população e dificulta a construção de equipamentos e o acesso do público-alvo aos programas educacionais e outros recursos que afetam o nível socioeconômico da população (BRONZO, 2010). Neste estudo, o território grande está associado a mais dificuldades para a capacidade estatal. Por este indicador, Belo Horizonte, Divinópolis, Ipatinga, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete Lagoas e Varginha estariam em uma situação melhor. Governador Valadares e Juiz de Fora em uma posição intermediária. E em um cenário mais desvantajoso devido ao tamanho do território estariam Montes Claros, Teófilo Otoni, Uberaba e Uberlândia.

As taxas de natalidade associada ao crescimento demográfico são dois indicadores que permitem inferir aspectos das políticas sociais e do desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Altas taxas de natalidade abrem questionamentos sobre a baixa escolarização, insuficiência das políticas de saúde, principalmente, àquelas voltadas para o planejamento familiar e saúde da mulher (SANTOS; SCHLINDWEIN, 2011). O crescimento demográfico, por sua vez, decorre das altas taxas de natalidade e, também, dos atrativos em termos de bens e serviços públicos e privados que fazem populações migrarem em busca de melhores oportunidades de sobrevivência. Ter uma alta taxa de crescimento pode representar que o município tenha boas condições, oferta bens, serviços e políticas públicas para atendimento a população e, por isso, seja um polo de atração de pessoas (FONTANA; COSTA; SILVA; RODRIGUES, 2015). Quando a taxa de natalidade alta não é acompanhada de crescimento demográfico de forma proporcional a ela, pode ser sinal de problemas como altas taxas de mortalidade infantil ou de migração.

Este é um cenário que afeta as capacidades estatais, pois enfrentar problemas desse tipo exige investimentos em políticas públicas para mitigá-los (VEIGA; BRONZO, 2014).

Entre os municípios da análise, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia e Varginha estão com as mais baixas taxas de natalidade bruta. Numa posição intermediária está Divinópolis e Belo Horizonte. E o pior cenário é enfrentado por Governador Valadares, Ipatinga, Montes Claros e Teófilo Otoni. Quanto ao crescimento demográfico, os municípios que se encontram com maior crescimento e, por isso, em melhor situação são Montes Claros, Pouso Alegre, Uberaba e Uberlândia. Na situação intermediária estão Divinópolis, Ipatinga, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Sete Lagoas e Varginha. E o cenário mais complexo é encontrado em Belo Horizonte, Governador Valadares e Teófilo Otoni.

A esperança de vida ao nascer é um outro indicador importante para se inferir o cenário demográfico de um município. Ele está associado a qualidade de vida da população e, no caso do Brasil, depende muito das políticas públicas e do desenvolvimento socioeconômico municipal (CORRÊA; MIRANDA-RIBEIRO, 2017). Portanto, ter uma expectativa menor é sinal de problemas, o que pressiona os governos municipais a prover políticas públicas para melhorar as condições socioeconômicas da população. Assim, com as mais elevadas “esperança de vida ao nascer” estão Montes Claros, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Uberlândia e Varginha. Numa posição intermediária estão Belo Horizonte, Juiz de Fora e Ipatinga. E as mais baixas estão em Divinópolis, Governador Valadares, Sete Lagoas, Teófilo Otoni e Uberaba.

A distribuição da população no território é um dado importante para se dimensionar os desafios colocados aos governos municipais no provimento de políticas educacionais e que influenciam em suas capacidades estatais. Neste sentido, os municípios mais urbanizados e com maior concentração da população em áreas urbanas tendem a ter um cenário melhor. Ao contrário disso, aqueles com maior dispersão da população em áreas rurais tendem a ter maiores dificuldades no provimento de suas políticas públicas e, por isso, ter uma população mais vulnerável (MAIA, 2010; BATISTA; NEDER, 2015). Diante disso, no ano de 2020, todos os 13 municípios tinham mais de 90% de sua população vivendo em área urbana. Mas, entre eles, aqueles que apresentam os percentuais mais altos e, por isso, estão na melhor situação são Belo Horizonte, Divinópolis, Ipatinga, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia e Varginha. Na situação intermediária encontram-se Montes Claros,

Governador Valadares e Pouso Alegre. E com o cenário mais complexo está Teófilo Otoni.

O outro componente populacional da tabela 1 com reflexo na capacidade estatal de provisão de política educacional é o que trata da cor da população. No Brasil há uma forte relação entre cor e a situação socioeconômica dos indivíduos e grupos sociais. Neste sentido, o maior contingente de pobres e extremamente pobres estão entre os não brancos (LIMA, 2012). Portanto, ter um contingente maior da população não branca pode indicar maior concentração de pobreza e vulnerabilidade, o que exige da Administração Pública municipal mais investimentos e programas e projetos para diminuí-la ou mitigá-la (LIMA, 2012). Diante disso, entre os 13 municípios, aqueles que apresentam o maior percentual de população não branca autodeclarada em 2010 e, por isso, estão mais pressionados em prover políticas públicas são Governador Valadares, Montes Claros, Sete Lagoas e Teófilo Otoni. Em uma posição intermediária estão Belo Horizonte, Ipatinga, Juiz de Fora e Uberlândia. E aqueles municípios com o melhor cenário são Divinópolis, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Uberaba e Varginha.

O Quadro 1, a seguir, apresenta o cotejamento do cenário demográfico dos treze municípios. Ele mostra a situação deles, o que permite identificar aqueles governos municipais mais pressionados e com menor autonomia e capacidade estatal.

Quadro 1- Cotejando o cenário demográfico dos municípios

Município	Popul.	Território	Natalidade bruta	Crescimento demográfico	Esp. de vida ao nascer	Pop. Urbana Pop. Rural	Pop. Branca Pop. Não branca	Total
Belo Horizonte	Alta	Alta	Média	Baixa	Média	Alta	Média	Alta
Divinópolis	Média	Alta	Média	Média	Baixa	Alta	Alta	Alta
Gov. Valadares	Média	Média	Baixa	Baixa	Baixa	Média	Baixa	Baixa
Ipatinga	Média	Alta	Baixa	Média	Média	Alta	Média	Média
Juiz de Fora	Alta	Média	Alta	Média	Baixa	Alta	Média	Alta
Montes Claros	Alta	Baixa	Baixa	Alta	Alta	Média	Baixa	Média
Poços de Caldas	Baixa	Alta	Alta	Média	Alta	Alta	Alta	Alta
Pouso Alegre	Baixa	Alta	Alta	Alta	Alta	Média	Alta	Alta
Sete Lagoas	Média	Alta	Alta	Média	Baixa	Alta	Baixa	Média
Teófilo Otoni	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Uberaba	Média	Baixa	Alta	Alta	Baixa	Alta	Alta	Alta
Uberlândia	Alta	Baixa	Alta	Alta	Alta	Alta	Média	Alta
Varginha	Baixa	Alta	Alta	Média	Alta	Alta	Alta	Alta

Fonte: Elaboração própria

O Quadro 1 compara o cenário demográfico dos treze municípios. A comparação mostra que Teófilo Otoni e Governadores Valadares apresentam cenários mais complexos e que suas administrações públicas estão pressionadas a responder e prover políticas públicas para transformar a situação que se encontram. Em uma situação intermediária e

com problemas a solucionar estão os municípios de Ipatinga, Montes Claros e Sete Lagoas. Em uma situação mais confortável estão Belo Horizonte, Divinópolis, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia e Varginha. Apesar dos resultados, Teófilo Otoni apresenta o cenário mais grave com todos os seus indicadores entre os piores. O que exige cuidado por parte do próprio governo municipal e apoio das outras esferas da federação para melhorar sua capacidade de provisão de políticas de educação básica e melhorar seus indicadores socioeconômicos.

A tabela 2 traz alguns indicadores socioeconômicos dos municípios que pressionam a sua capacidade estatal. Estar em um cenário melhor não significa que o município esteja em uma situação confortável. No entanto, quem estiver pior exige esforços da sua administração pública para mitigar os problemas, melhorar seus indicadores e, com isso, ampliar sua capacidade de prover políticas locais com maior autonomia. Ou seja, a capacidade estatal depende muito do cenário socioeconômico do município.

Tabela 2- Indicadores socioeconômicos da população dos municípios mineiros

Município	GINI ⁷	Renda per capita média ⁸ (R\$ correntes - 2010)	Pop. Pobre (Taxa 2010 %)	Pop. Extremamente pobre (Taxa 2010 %)	Analfabetismo o população de 15 anos ou mais (Taxa 2010 %)	População que não concluiu o Ens. Fund. 15 anos ou mais (Taxa 2010 %)	IDHM ⁹
Belo Horizonte	0,60	1.497,29	13,89	0,79	2,87	30,11	0,810
Divinópolis	0,47	868,57	13,60	0,36	3,78	40,12	0,764
Gov. Valadares	0,52	678,74	29,84	2,36	7,59	44,77	0,727
Ipatinga	0,52	862,91	19,79	1,13	5,04	37,14	0,771
Juiz de Fora	0,56	1.050,88	17,73	0,88	3,27	35,12	0,778
Montes Claros	0,53	650,62	33,87	2,71	6,25	34,95	0,770
Poços de Caldas	0,50	953,96	13,21	0,32	3,70	38,52	0,779
Pouso Alegre	0,49	878,26	15,03	0,83	3,99	37,85	0,774
Sete Lagoas	0,53	809,26	21,74	1,24	3,99	40,44	0,760
Teófilo Otoni	0,57	615,34	41,01	5,47	12,95	50,41	0,701
Uberaba	0,50	978,01	13,63	0,67	4,22	36,93	0,772
Uberlândia	0,50	1.001,45	12,41	0,70	3,75	35,30	0,789
Varginha	0,51	904,57	16,48	0,39	4,65	36,79	0,778

Fontes: IMRS/FJP; IBGE

Estudos mostram que há uma relação próxima entre desigualdades socioeconômicas, pobreza, exclusão e vulnerabilidades (SILVA E SILVA, 2010). E

⁷ O índice ou coeficiente de Gini mede a desigualdade. Ele varia de 0 a 1. Sendo que os valores mais próximos de 0 indica maior equidade e mais próximo de 1 maior desigualdade.

⁸ Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos em valores corrente (IMRS/FJP, 2023).

⁹ “O IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira” (IPEA/FJP, 2013, p. 27).

consideram que pelo caráter histórico e quase crônico da exclusão do acesso a políticas públicas e meios de sobrevivência de grande parte da população brasileira, o país acumula uma das maiores desigualdades do mundo (SILVA, 2010). Este fato é motivo de movimentação social e pressão sobre governos e o Estado brasileiro a prover políticas sociais que reduzam as desigualdades e as vulnerabilidades decorrentes delas. Portanto, o município ter um alto índice de Gini significa que os governos locais estão mais pressionados a prover políticas públicas e tem reduzida as suas capacidades estatais. A tabela 2 mostra que há poucas diferenças deste indicador entre os municípios. No entanto, aqueles em melhor situação são Divinópolis, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia e Varginha. Os municípios com o cenário de desigualdade média são Governador Valadares, Ipatinga, Montes Claros e Sete Lagoas. E os mais desiguais são Belo Horizonte, Juiz de Fora e Teófilo Otoni.

Utilizar a renda per capita média isoladamente como um indicador de pobreza pode ser insuficiente para esta tarefa (ROCHA, 1998). No entanto, se ela estiver muito baixa pode indicar que há grandes dificuldades das famílias conseguirem os recursos necessários a sua sobrevivência, o que afeta, por exemplo, o acesso a segurança alimentar e nutricional (ROCHA, 1998; VIGISAN, 2021). Assim, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Montes Claros têm o cenário mais complexo, pois apresentam as mais baixas renda per capita. Em uma situação intermediária se encontram os municípios de Divinópolis, Ipatinga, Pouso Alegre e Sete Lagoas. E, por sua vez, aqueles na melhor situação estão Belo Horizonte, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

Os indicadores que mostram a taxa da população pobre e extremamente pobre são importantes para dimensionar os riscos sociais e o quanto as administrações públicas dos municípios encontram-se pressionadas a prover políticas sociais para mitigar o problema (ROCHA, 1998; SILVA E SILVA, 2010; VIGISAN, 2021). Assim, ter percentual alta de sua população nestas condições indica que o município precisa empreender esforços para melhorar sua condição, o que afeta a sua capacidade estatal. Neste caso, os municípios com os melhores cenários são Belo Horizonte, Divinópolis, Ipatinga, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia e Varginha. Na situação intermediária se encontram Governador Valadares e Sete Lagoas. E aqueles em as administrações municipais estão em condições piores são Montes Claros e Teófilo Otoni. Para pobreza extrema, o cenário é muito parecido, ou seja, os municípios de Belo Horizonte,

Divinópolis, Ipatinga, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia e Varginha apresentam o cenário melhor. Governador Valadares e Montes Claros estão em uma posição intermediária e Teófilo Otoni o pior cenário.

A taxa de analfabetismo da população com 15 anos de idade ou mais é outro indicador social importante que pressiona a capacidade estatal dos municípios prover sua política de educação. Há forte relação entre pobreza, vulnerabilidade e analfabetismo (OLIVEIRA; SARAIVA, 2015). Assim, ter uma grande parcela da população adulta não alfabetizada aumenta a pressão sobre os governos locais e reduz a sua capacidade de prover políticas públicas, pois há passivos de problemas sociais que precisam ser enfrentados. Diante disso, os dados da tabela 1 mostram que os municípios de Belo Horizonte, Divinópolis, Ipatinga, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia e Varginha estão em uma situação melhor. Montes Claros e Governador Valadares estão em uma situação intermediária. E o município de Teófilo Otoni apresenta o cenário mais complexo e, por isso, sua administração pública encontra-se mais pressionada e com menor capacidade estatal.

O indicador que mostra o percentual da população com 15 anos ou mais de idade que não concluiu o Ensino Fundamental é importante para identificar seu nível socioeconômico. Isto acontece porque há relação entre baixa escolaridade dificulta o acesso a empregos com melhor remuneração e afeta o nível socioeconômico. Ao mesmo tempo, a menor renda dificulta acesso a recursos e insumos educacionais necessários para o melhor desempenho escolar das crianças e adolescentes (SOARES; ALVES 2013). Com isso, instala-se o círculo vicioso de exclusão e vulnerabilidade que somente com grande esforço dos governos é possível superá-lo. Diante disso, os dados da tabela 2 mostram que os municípios de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberlândia e Varginha apresentam o menor percentual de sua população que ainda não concluiu o Ensino Fundamental. Na situação intermediária estão os municípios de Divinópolis, Ipatinga, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete Lagoas e Uberaba. E com os piores indicadores estão Governador Valadares e Teófilo Otoni.

Por fim, o último indicador socioeconômico presente na tabela 2 é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. O “desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter” (IPEA/FJP, 2013, p. 23). Assim, ter um IDHM mais elevado significa que o município

avançou em suas políticas de saúde, educação e de geração de renda. E que ele tem mais autonomia para prover suas políticas públicas e depende menos dos programas e recursos provenientes de outras esferas da Federação. A tabela 1 mostra que não há diferenças grandes entre os municípios. No entanto, Belo Horizonte, Divinópolis, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia e Varginha apresentam o cenário melhor. Numa situação intermediária encontra-se o município de Sete Lagoas. E com o IDHM mais baixos estão Governador Valadares e Teófilo Otoni.

Após as análises individuais cada um dos indicadores da tabela 2, o quadro 2 faz o cotejamento deles. A comparação permite identificar os municípios que apresentam as condições socioeconômicas melhores, aqueles que estão em uma situação intermediária e aqueles que apresentam o pior cenário.

Município	GINI	Renda per capita média	Pop. Pobre	Pop. Extremamente pobre	Analfabetism o população de 15 anos ou mais	População que não concluiu o Ens. Fund. 15 anos ou mais	IDHM	Total
Belo Horizonte	Baixa	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta
Divinópolis	Alta	Média	Alta	Alta	Alta	Média	Alta	Alta
Gov. Valadares	Média	Baixa	Média	Média	Média	Média	Baixa	Média
Ipatinga	Média	Média	Alta	Alta	Alta	Média	Alta	Alta
Juiz de Fora	Baixa	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta
Montes Claros	Média	Baixa	Baixa	Média	Média	Alta	Alta	Média
Poços de Caldas	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Média	Alta	Alta
Pouso Alegre	Alta	Média	Alta	Alta	Alta	Média	Alta	Alta
Sete Lagoas	Média	Média	Média	Alta	Alta	Média	Média	Alta
Teófilo Otoni	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Uberaba	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Média	Alta	Alta
Uberlândia	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta
Varginha	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta

Fonte: Elaboração própria

As condições socioeconômicas dos municípios têm grande influência na sua capacidade estatal. Quando ele tem um cenário mais favorável, a sua administração pública goza de maior autonomia para montar sua agenda e, por isso, tem sua capacidade de prover suas políticas públicas aumentada. O inverso acontece quando há problemas diversos e em quantidades maiores. Nestes casos, os governos se veem pressionados e precisam responder as demandas da sociedade. Por isso, sua autonomia e sua capacidade estatal são menores, pois os seus estoques de recursos deverão ser direcionados a várias frentes de ação devido a agenda ampliada.

O quadro 2 mostra dois extremos, de um lado estão Uberlândia e Varginha com os cenários mais favoráveis e capacidades altas em todos os indicadores e no outro está Teófilo Otoni na pior situação em todos eles. Além disso, na posição intermediária

encontram-se os municípios de Governador Valadares e Montes Claros que estão em mesorregiões do estado de Minas Gerais menos industrializadas e com suas capacidades estatais médias devido as pressões socioeconômicas. Quanto aos demais municípios, o cenário era esperado já que alguns deles estão em regiões onde houve investimentos públicos e privados com mais intensidade e, por isso, são mais industrializados e recebem influência de regiões mais prósperas do país. Os dados mostram que as desigualdades socioeconômicas no estado de Minas Gerais são reais e provocam desigualdades de capacidade. O que pode indicar um círculo vicioso difícil de ser alterado se não houver grandes investimentos do setor público estatal.

Considerações finais

Este estudo tem como seu objetivo analisar as características socioeconômicas e demográficas de 13 municípios mineiros e como elas afetam as suas capacidades estatais de provisão da política municipal de educação básica. Os dados e indicadores demográficos e socioeconômicos mostram que há grandes desigualdades entre os municípios. E aqueles que se encontravam em um cenário pior na tabela 1, se repetiu na tabela 2. Isto revela que as desigualdades históricas no estado de Minas Gerais vem se mantendo e afetando a capacidade dos municípios proverem suas políticas públicas com autonomia e de acordo com suas demandas e realidade.

Por fim, considerando que a capacidade estatal, na versão formativa, depende de estoques de recursos de várias naturezas, para superar as desigualdades apresentadas neste estudo, os governos estadual e federal deverão agir garantindo aportes e apoio para aqueles municípios em pior situação. Os dados e as análises mostram que o círculo vicioso está instalado, ou seja, os municípios com cenários melhores, estão localizados em regiões mais desenvolvidas, contam com mais autonomia para prover políticas públicas e tendem a continuar se desenvolvendo. Por sua vez, aqueles com os indicadores piores, estão nas regiões mais pobres, rurais e com maior percentual de não-brancos, pobres e extremamente pobres e com baixa escolaridades. Ou seja, com um cenário que pressiona as suas agendas, os governos municipais têm suas capacidades reduzidas devido a grande quantidade de bens, serviços e políticas públicas para resolver seus problemas locais.

Referências:

ANASTASIA, Fátima; LAS CASAS, Luciana. Instituições políticas, capacidades estatais e cooperação internacional: África do Sul, Brasil e China. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; BOSCHI, Renato Raul (org.). Capacidades Estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 425-472. Disponível em: www.ipea.br. Acesso em: 20 set. 2018.

ARRETCHE, Marta. Quando instituições federativas fortalecem o governo central? *Novos Estudos*, nº 95, mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100003. Acesso em: 12/01/2023.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. Caminhos para análise das políticas de saúde, 2011. p.138-172. Online: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.

BATISTA, Henrique Rogê; NEDER, Henrique Dantas. Efeitos do Pronaf Sobre a Pobreza Rural no Brasil (2001-2009). *RESR*, Piracicaba - SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S147-S166, 2014 – Imprensa em Fevereiro de 2015. Disponível em: www.scielo.com.br.

BICHIR, Renata Mirandola. Capacidades Estatais para a implementação de programas de transferência de renda: os casos de Brasil, Argentina e África do Sul. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para discussão nº 2032). Disponível em: www.ipea.br. Acesso em: 20 set. 2018.

BORGES, André. Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24. São Leopoldo, RS, 2007. Anais [...]. Rio de Janeiro, 2017. p. 1-9. Disponível em: <https://bit.ly/2Vjhb10>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL (Constituição [1988]). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2y6bigJ>. Acesso em: 18/01/2023.

BRONZO, Carla. Intersetorialidade, Autonomia e Território em Programas Municipais de Enfrentamento da Pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. *planejamento e políticas públicas | ppp | n. 35 | jul./dez. 2010*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/200>. Consulta em: 20/02/2023.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (org.). Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 295-322.

CINGOLANI, Luciana. The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures. Maastricht: Maastricht Economic and social Research institute on Innovation and Technology (UNU-MERIT), oct. 2013. (Working Paper Series on Institutions and Economic Growth: IPD WP13). ISSN 1871-9872.

CORRÊA, Érika Ribeiro Pereira; MIRANDA-RIBEIRO, Adriana de. Ganhos em Expectativa de Vida ao Nascer no Brasil nos Anos 2000: impacto das variações da

mortalidade por idade e causas de morte. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(3):1007-1017, 2017. Disponível em: www.scielo.com.br.

COUTINHO, Diogo R. Capacidades Estatais no Programa Bolsa Família: o desafio de consolidação do Sistema Único de Assistência Social. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para Discussão nº 1.852).

DUARTE, Marisa R. T.; SARAIVA, Ágnez de L. Regime de Colaboração e a Legislação Educacional Brasileira: federalismo e relações intergovernamentais entre sistemas de ensino. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL SUDESTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED-SUL), 13. Campinas, 2018. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPED, 2018. Não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/2xd4IL7>. Acesso em: 20 set. 2018.

DUPUY, Claire. Ce que la comparaison qualitative de politiques infranationales fait aux débats théoriques. De Boeck Supérieur: *Revue internationale de politique comparée*, [S. l.], v. 19, p. 121-139, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3cb4tJQ>. Acesso em: 20 set. 2018.

FONTANA, Raphael Luiz Macêdo; COSTA, Silvania Santana; SILVA, José Adailton Barroso da; RODRIGUES, Auro de Jesus. Teorias Demográficas e o Crescimento Populacional no Mundo. *Ciências Humanas e Sociais Unit. Aracaju*, v. 2, n.3, p. 113-124, Março 2015, periodicos.set.edu.br. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1951/1209>. Acesso em 20/01/2023.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PEREIRA, Ana Karine; MACHADO, Raphael. O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v20i1.51311>.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades Estatais e Democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 15-30.

GRIN, Eduardo José. Notas sobre a construção e a aplicação do conceito de capacidades estatais. *Teoria e Sociedade*, nº 20, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/39W8W1m>. Acesso em: 20 set. 2018.

GRIN, Eduardo José; ABRÚCIO, Fernando. Comitê de Articulação Federativa no Governo Lula: o percalço da cooperação territorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33 n. 97, e339703, 2018. ISSN 0102-6909. <https://doi.org/10.1590/339703/2018>.

IBGE. Regiões de influência das cidades: 2007. Rio de Janeiro: IBGE. 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>. Acesso em 16 de outubro de 2016.

IBGE. Regiões de influência das cidades: 2017. Rio de Janeiro: IBGE. 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>. Acesso em 20/06/2022.

ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Base de Dados. Fundação João Pinheiro, [S. l.], 2018. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LIMA, Márcia Lima. “Raça” e Pobreza em Contextos Metropolitanos. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 24, n. 2. São Paulo, 2012. Disponível em: www.scielo.com.br.

MADEIRA, Lígia Mori; GELISKI, Leonardo; SALVARREY Gabriela; BOESSIO, Ana Paula; TRINDADE, Kálita. Capacidade Estatal na Segurança Pública Municipal das capitais brasileiras. In: *ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA - ABCP*, 11. Curitiba, 2018. Anais [...]. Rio de Janeiro: ABCP, 2018. p. 1-36. Disponível em: <https://bit.ly/2XwwHKP>. Acesso em: 20 set. 2018.

MAIA, Alexandre Gori. A Contribuição das Fontes de Rendimento na Dinâmica da Distribuição Espacial de Renda no Brasil. *Nova Economia*. Belo Horizonte 20 (3) 461-490 setembro-dezembro de 2010. Disponível em: www.scielo.com.br.

MARENCO, André; STROHSCHOEN, Maria Tereza Blanco; JONER, William. Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 25, n. 64, p. 3-21, dez. 2017. ISSN 1678-9873. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987317256401>.

MARTINS, Ângela Maria; PIMENTA, Cláudia Oliveira; FERNANDES, Fabiana Silva; NOVAES, Glaucia Torres Franco; LOPES, Valéria Virgínia. A capacidade institucional de municípios paulistas na gestão da Educação Básica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 150, p. 812-835, set./dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3b34Fuv>. Acesso em: 20 set. 2018.

MENICUCCI, Telma; MARQUES, Alisson Maciel de Faria. Cooperação e coordenação na implementação de políticas públicas: o caso da saúde. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 823-865, 2016. ISSN 0011-5258. <https://doi.org/10.1590/00115258201693>.

MONTEIRO NETO, Aristides. Governos Estaduais no Federalismo Brasileiro: capacidades e limitações no cenário atual. In: MONTEIRO NETO, Aristides (org.). *Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações governativas em debate*. Brasília: Ipea, 2014. p. 21-61.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; SARAIVA Ana Maria Alves. A Relação entre Educação e Pobreza: a ascensão dos territórios educativos vulneráveis. *ETD – Educ. Temat. Digit.* Campinas, SP v.17 n.3 p. 614-632 set./dez.2015 ISSN 1676-2592. Disponível em: www.scielo.com.br.

PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Análise Comparativa: arranjos de implementação e resultados de políticas públicas. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). *Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: 2014, p. 351-381.

REDE PENSSAN. VIGISAN: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. Belo Horizonte, MG: Rende PENSSAN, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

REPETTO, Fábian. Capacidad estatal: requisito necesario para una mejor política social en América Latina. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8. Panamá, 2003. Anais [...]. Rosario: UNR, 2003. p. 1-29. Disponível em: <https://bit.ly/2JU3yBr>. Acesso em: 20 set. 2018.

REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 6, p. 297-337, jul./dez. 2011. ISSN 0103-3352. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200012>.

REZENDE, João B.; LEITE, Eduardo, T.; SILVA, Lucas. A. N. Análise da economia e finanças dos municípios brasileiros de pequeno porte: autonomia ou dependência? In: DERZI, Misabel A. M.; BATISTA JUNIOR, Onofre A.; MOREIRA, André M. (org.). Estado Federal e tributação: das origens à crise atual. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. v. 1, p. 199-225.

ROCHA, Sônia. Renda e Pobreza — medidas per capita versus adulto-equivalente. Texto para discussão nº 609, Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA, Rio de Janeiro, 1998.

SANTOS, Ricardo Fernandes; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Análise do Nível de Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Mato Grosso do Sul. Revista História em Reflexão: Vol. 5 n. 9 – UFGD - Dourados jan/jun 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Dell/Downloads/1164-3024-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/1164-3024-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 20/01/2023.

SARAIVA, Ágnez de Lélis. Capacidade de implementação de políticas públicas de educação por sistemas municipais de ensino: um estudo de caso. Tese de doutoramento apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_be60a4aac2e8772cb725f1e892fb3b5d.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010. Disponível em: www.scielo.com.br.

SILVA, Roseane Grossi; VALADÃO JÚNIOR, Valdir Machado; SILVA, Victor Vieira; DANTAS, Alécio Henrique. Capacidade Estatal: bibliometria das publicações entre 2009-2019. Revista Contabilidade, Gestão e Governança. Brasília, V.25 N.1, p. 80-102, Jan.-Abr. 2022. Disponível em: [Vista do Capacidade Estatal: Panorama das Pesquisas entre 2009-2019 \(revistacgg.org\)](http://Vista%20do%20Capacidade%20Estatal%20Panorama%20das%20Pesquisas%20entre%202009-2019%20(revistacgg.org)). Acesso 12/01/2023.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Efeitos de Escolas e Municípios na Qualidade do Ensino Fundamental. Cadernos de Pesquisa v.43 n.149 p.492-517 Maio/ago. 2013. Disponível em: [CP 149.indb \(scielo.br\)](http://CP149.indb).

SOUZA, Celina. Instituições e mudanças: reformas da Constituição de 1988, federalismo e políticas públicas. In: FARIA, Carlos A. P.; HOCHMAN, Gilberto. Federalismo e Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 91-118.

SOUZA, Celina. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 27-45, jan./fev. 2017. ISSN 0034-7612. <https://doi.org/10.1590/0034-7612150933>.

VAZ, Alexander Cambraia N. Capacidades Estatais para o desenvolvimento: entre a burocratização e a política como elementos de ação do estado. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

VEIGA, Laura; BRONZO, Carla. Estratégias Intersetoriais de Gestão Municipal de Serviços de Proteção Social: a experiência de Belo Horizonte. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 595-620, 2014.